

# O EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO BRASILEIRA E A CONSEQUENTE PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE

Andréa Kochhann<sup>1</sup>  
Rodrigo Rodrigues de Oliveira<sup>2</sup>  
Mykaella Soares Leonardo<sup>3</sup>

## RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar as implicações do empresariamento da educação e as consequências dessa política no trabalho docente. Tem-se a seguinte situação problema: Quais as implicações do empresariamento da educação brasileira no trabalho docente? Para responder à questão, elencam-se dois objetivos específicos i) discutir a crescente atuação de grupos empresariais organizados nas redes públicas de ensino por meio de parcerias público-privadas e ii) discutir as consequências da lógica do empresariamento na educação brasileira. Metodologicamente, trata-se de um estudo de abordagem qualitativa baseado em uma pesquisa bibliográfica com fundamentação teórica-conceitual em Gramsci (1982; 1999; 2001; 2004; 2007), Marx (1983; 2004) entre outros autores. Numa síntese provisória, infere-se que os processos de empresariamento têm como ponto nevrálgico a crise profunda que abala o sistema capitalista o qual busca redefinir o papel do Estado. A educação submedida aos tentáculos do empresariamento educacional opera mantendo o controle da forma e do conteúdo escolar o que amplia o cerco sobre a escola pública. De instituição incumbida de possibilitar que os dominados tenham o direito de apropriarem-se dos conhecimentos historicamente construídos e socialmente sistematizados pelo conjunto dos homens passa-se à estabelecimento reservado, apenas, ao conhecimento instrumental que agregue valor à força de trabalho dos indivíduos.

**Palavras-chave:** Empresariamento da educação. Precarização do trabalho docente. Escola Pública.

## THE ENTREPRENEURSHIP OF BRAZILIAN EDUCATION AND THE CONSEQUENTIAL PRECARIATION OF TEACHING WORK

### ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the implications of *empresariamento* in education and the consequences of this policy on teaching work. There is the following problem situation: What are the implications of *empresariamento* in Brazilian education in teaching work? To answer the question, two specific objectives are listed: i) to discuss the growing role of business groups organized in public education networks through public-private partnerships and ii) to discuss the consequences of the logic of *empresariamento* in Brazilian education. Methodologically, it is a study with a qualitative approach based on bibliographical research with a theoretical-conceptual foundation in Gramsci (1982; 1999; 2001; 2004; 2007), Marx (1983; 2004) among other authors. In

<sup>1</sup> Pós-Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO). Doutora em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Mestre em Educação pela PUC-GO. Especialista em Docência Universitária pela Universidade Estadual de Goiás (UEG). Pedagoga pela UEG. Docente da Universidade Estadual de Goiás (UEG). E-mail: andreakochhann@yahoo.com.br

<sup>2</sup> Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias da Universidade Estadual de Goiás (UEG). Especialista em Educação na Diversidade e Cidadania pela Universidade de Brasília (UnB), em Educação em e para os Direitos Humanos no Contexto da Diversidade Cultural (UnB), em História e Cultura Afro-brasileira e Africana pela Faculdade de História da Universidade Federal de Goiás (UFG) e em Planejamento, Implementação e Gestão de Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF). Graduado em Pedagogia pela Universidade Branco Castelo (UCB). Membro do Grupo de Estudos em Formação de Professores e Interdisciplinaridade (GEFOPI). Professor de Educação Básica da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal. E-mail: rodrigo.pedagogo@gmail.com

<sup>3</sup> Mestre em Educação pela Universidade de Brasília (UnB). Especialista em Gestão e Orientação Educacional pelo Instituto de Ciências Sociais Aplicadas (UNEB). Pedagoga pela Faculdade de Ciências Sociais e Tecnológicas (FACITEC). Membro do grupo de Estudos e Pesquisas sobre Formação e Atuação de Professores/Pedagogos (GEPFAPe/UnB). Professora da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEEDF). E-mail: mykasoares11@gmail.com

a provisional synthesis, it is inferred that the *empresariamento* processes have as a sore point the deep crisis that shakes the capitalist system, which seeks to redefine the role of the State. Education subject to the tentacles of educational *empresariamento* operates by maintaining control over school form and content, which increases the siege on public schools. From an institution tasked with enabling the dominated to have the right to appropriate knowledge historically constructed and socially systematized by men as a whole, it becomes an establishment reserved only for instrumental knowledge that adds value to the workforce of individuals.

**Keywords:** *Empresariamento* of education. Precariousness of teaching work. Public school.

Recebido em 23 de maio de 2023. Aprovado em 25 de julho de 2023

## INTRODUÇÃO

Refletir acerca do empresariamento da educação oportuniza pensar o quão frágil são as conquistas do Estado brasileiro que pela dependência econômica se submeteu a grandes dívidas externas tornando-se “mínimo” para a garantia dos direitos sociais e “máximo” para os preceitos do capital. Com funções e poderes limitados, o Estado tem deixando espaços que permanecem vazios ou são tomados pelo empresariado, por via das parcerias público-privadas, e seus conglomerados.

O levantamento feito pela Rede Latino Americana de Estudos Sobre Trabalho Docente (REDESTRADO) nos anos 2000 trouxe ao debate questões que versam sobre a “precarização do trabalho docente”. As mudanças ocorridas na sociedade em razão da “crise estrutural do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2009) fez emergir novas formas de gerenciamento, organização e controle que acabam por atingir diretamente a escola, os alunos e os docentes de modo objetivo (condições salariais, condições de trabalho) e subjetivo (conformando subjetividades).

Essa dinâmica mercadológica, fruto de uma democracia concorrencial, tem tomado os espaços escolares e provocado novos modelos de currículo, de proposta pedagógica entre outros, que afetam diretamente o trabalho do professor e, conseqüentemente, esvaziam a formação dos sujeitos. A ênfase recai sobre uma formação calcada no individualismo, na competitividade e na desumanização em lugar de uma educação enquanto direito social. Inverte-se a lógica do direito à educação ao direito às aprendizagens materializadas nas pretensas “competências e habilidades”.

Desse preâmbulo, o presente artigo tem como objeto de estudo a temática do empresariamento da educação brasileira e a conseqüente precarização do trabalho docente. Colocadas essas ideias iniciais, a questão-problema que norteia a escrita é: Quais as implicações do empresariamento da educação brasileira no trabalho docente? Para tanto, o objetivo geral é analisar as implicações do empresariamento da educação brasileira e as conseqüências dessa política no trabalho docente. Para tanto, elencam-se como objetivos específicos: i) discutir a crescente atuação de grupos empresariais organizados nas redes públicas de ensino por meio de parcerias público-privadas e ii) discutir as conseqüências da lógica do empresariamento na educação brasileira.

De abordagem qualitativa, o estudo vale-se dos procedimentos metodológicos da pesquisa bibliográfica. Por esse caminho, torna-se possível a apreensão do assunto, em suas múltiplas determinações. A vivacidade do *corpus* teórico de Gramsci (1982; 1999; 2001; 2004; 2007), bem como de Marx (1983; 2004) contribuem, de maneira substantiva, no desvelamento do real face às condições conjunturais da sociedade.

Além dessa seção introdutória, o texto se estrutura em três partes. A primeira, material e métodos, discorre sobre os passos que foram trilhados pelos pesquisadores para darem conta da temática. A segunda, resultados e discussão, analisa o empresariamento da educação brasileira desde a década de 20 até os anos 90 chegando até a atualidade com a proliferação dos

institutos e das fundações incumbidos de salvar a educação pública revestidos de uma couraça social. Nesta seção, também se discute as consequências da lógica do empresariamento da educação. Por fim, nas considerações finais, é o momento no qual é indicado o resultado, preliminarmente, alcançado, bem como as limitações do estudo e a necessidade de avanço na compreensão da temática em apreço.

## MATERIAL E MÉTODOS

Toda pesquisa surge do desejo humano de conhecer a realidade ou alguns aspectos dessa totalidade ainda desconhecida. Para tanto, origina-se de um caminho bem definido o qual visa a construção de conhecimentos que, ininterruptamente, são ressignificados e ampliados a fim de dar conta das variadas, múltiplas e detalhadas dimensões do objeto.

Na esteira desse percurso, metodologicamente, este estudo se funda sob um viés qualitativo, pois trabalhar-se-á com “um universo de significados, que correspondem a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 2001, p. 21).

Quanto aos procedimentos, se alicerça em uma pesquisa bibliográfica. O principal benefício da pesquisa bibliográfica reside no fato de se utilizar, fundamentalmente, das contribuições de diversos autores acerca de determinada temática permitindo, assim, “[...] ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente [...]” (GIL, 2009, p. 45). Assim, o percurso bibliográfico se embasa teórica e conceitualmente em Gramsci (1982; 1999; 2001; 2004; 2007), Marx (1983; 2004) entre outros autores.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O modo articulador do empresariado no Brasil e sua inserção nos diversos segmentos societários, em especial, no tocante à educação, objeto deste estudo, é um *motus* passível de ser observado ao longo da história. Num quadro sintético, Bianchi (2001) rememora o extenso progresso de organização do empresariado brasileiro desde os idos da década de 20 que se enveredaram por diversos âmbitos e que, no seu movimento contraditório, impulsionou a criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), por meio dos decretos estaduais nº 4.048/42 e nº 4.936/42 (Ghiraldelli Jr, 1990). Com o intuito de formar mão de obra qualificada para a indústria, essas instituições, acabaram por fortalecer aos interesses capitalistas com o fito de padronizar a escolarização das classes menos favorecidas pelo viés tecnicista inspirado nos princípios da eficiência, racionalidade e produtividade típicos do capital.

O empresariamento da educação brasileira, consentido sobre um aparato legal, continuou a desenvolver-se por meio da Lei nº 9. 970/1999, na esteira dos encaminhamentos realizados pelo Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado (PDRAE) (BRASIL, 1995), e tomou robustez com o acentuado direcionamento neoliberal e reacionário impulsionado nos idos de 2016 a partir da emenda constitucional nº 95 que objetivou a desoneração fiscal e reformas convenientes ao capital a fim favorecer a transferência de responsabilidades do Estado para o setor privado.

A partir desse flanco legal, processou-se no Estado uma profunda recomposição com desdobramentos tanto governamentais quanto nas relações de produção com vistas à consolidação de um bloco histórico (conjunto articulado e contraditório de relações sociais) de produção e reprodução da vida. Na perspectiva Gramsciana, o Estado deixou de ser apenas o

órgão de coerção jurídica e se ampliou para incluir as organizações privadas - a “sociedade civil” – que se entrelaça com a “sociedade política” fixando assim

Dois grandes “planos” superestruturais: o que pode ser chamado de “sociedade civil” (isto é, o conjunto de organismos designados vulgarmente como “privados”) e o da “sociedade política ou Estado”, planos que correspondem, respectivamente a função de “hegemonia” que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e àquele de “domínio direto” ou de comando, que se expressa no Estado e no governo jurídico (GRAMSCI, 2001, p. 20).

A questão do fragmento, traz à luz o *modus operandi* da classe dominante a qual por meio da hegemonia e da coerção da classe dominada acaba por disseminar o consenso acerca da baixa qualidade da educação pública o que acaba cooperando para que o setor privado seja considerado um elemento competente para a elevação da qualidade educacional no país. Como anuncia Gramsci, esse consenso “nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtida pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção” (GRAMSCI, 2004, p. 21).

Hodiernamente, esse esforço cotidiano e permanente de convencimento da divisão ou transferência de responsabilidades administrativas ao setor privado, pode ser ilustrado pelo movimento Todos Pela Educação, datado de 2006. Fruto da organização de um seleto grupo de empresários com objetivos escusos que operam um processo de direção político-ideológica-educacional no país. Nota-se que essa organização não governamental concretiza uma

Combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante em muito o consenso, mas, ao contrário, tentando fazer com que a força pareça apoiada no consenso da maioria, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública - jornais e associações -, os quais por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados (GRAMSCI, 2007, p. 95).

Considerando esse movimento real, a força e o consenso são a base para que os organismos da classe dominante se detenham à função da escola, pressionando às instituições públicas a manterem e elevarem a acumulação do capital. Por meio dos APH disseminam o consenso, tanto para com os aliados, em torno de uma direção comum, quanto para a classe dominada, essa, predominantemente, persuadida em torno de um dado pessimismo da realidade. Como diz Gramsci

O empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de um novo direito etc. E também atua diretamente no espaço econômico e estatal para referendar seu projeto societário (GRAMSCI, 2001, p. 15).

Como se vê, essas coparticipações, consentidas sobre um artefato legal, se consubstanciam nos APH (GRAMSCI, 2007). Estes, de maneira dissimulada e sistematizada, disseminam consensos sobre a oferta de um serviço com menos burocracia e mais flexibilidade com vistas à “Gestão da Qualidade-Total”, representativa do atual modo de trabalho empresarial, a qual busca canalizar todas as forças na busca pela excelência e pelo sucesso do empreendimento ofertado, em detrimento da “Gestão da Qualidade Social”.

Esse protagonismo assumido hoje pelo empresariado brasileiro concretizado, também,

por intermédio das fundações e dos institutos como, por exemplo, Fundação Lemann, Fundação Itaú, Fundação Roberto Marinho, Fundação Bradesco dentre outras se prolifera expandindo, em larga escala e territorialmente, um certo tipo de sociabilidade burguesa que leva à mercantilização e mercadorização da educação. No tocante à questão o filósofo sardenho já aludira

Deve-se observar o fato de que o empresário representa uma elaboração social superior, já caracterizada por uma certa capacidade dirigente e técnica (isto é, intelectual): ele deve possuir uma certa capacidade técnica, não somente na esfera restrita de sua atividade e de sua iniciativa, mas também em outras esferas, pelo menos nas mais próximas da produção econômica (deve ser um organizador de massa de homens, deve ser um organizador da “confiança” dos que investem em sua empresa, dos compradores de sua mercadoria, etc.) (GRAMSCI, 2004, p.15-6).

Consoante o exposto, atuando de maneira meticulosa os empresários, setores compostos por frações da burguesia, acabam tomando os rumos da política educacional do país, das gestões municipais, estaduais e federais (à exemplo da influência neoliberal no Conselho Nacional de Educação), das avaliações educacionais, das remodelações curriculares, da formação dos professores, da oferta de materiais didáticos, bem como do financiamento da educação.

Travestidos de uma couraça social, o empresariado se une para implementar a agenda dos organismos internacionais, Banco Mundial, Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que acaba por definir o rumo das reformas educacionais, a exemplo, da Reforma do Ensino Médio instituída pela Lei Federal nº 13.415 de 2017 e da Base Nacional Curricular Comum (BNCC) que são, profundamente, nefastas à escola pública e aos professores. Em resumo, esses agentes são responsáveis por organizar o discurso e torná-lo relevante, apresentando propostas para a reorganização da educação conforme expectativas do mercado e do capital.

Nas contradições desse movimento real, a educação enquanto mercadoria tem no estudante um consumidor, e nos profissionais da educação prestadores de serviços regidos pelo prisma do custo-benefício, em conformidade com os ditames empresariais, e não mais enquanto a realização de um direito social. Esse movimento converte o trabalho pedagógico em meios de mercadorização e lucratividade com vistas à produção do lucro em detrimento das necessidades humanas cooperando desse modo para a desresponsabilização do Estado no tocante à educação pública, democrática, laica, inclusiva, gratuita e de qualidade socialmente referendada.

Tendo por base os estudos Gramscianos (1982), é possível depreender que o empresariado ao proliferar seus institutos e suas fundações agem como intelectuais

Os empresários – se não todos, pelo menos uma elite deles – devem possuir a capacidade de organizar a sociedade em geral, em todo o seu complexo organismo de serviços, inclusive no organismo estatal, em vista da necessidade de criar as condições mais favoráveis à expansão da própria classe (GRAMSCI, 1982, p. 4).

Do que foi dito acima infere-se que, o filósofo qualifica e caracteriza o papel dos empresários como similar ao papel assumido e realizado pelos intelectuais. Por essa ótica, os grupos empresariais operam intelectualmente com o fito de tomar o poder e mantê-lo instaurando, assim, uma hegemonia das classes dominantes. Hegemonia essa que tem

nascido de um conjunto de relações tidas como naturais, mas que na sua gênese são expressões da burguesia. Gramsci (2001) é bastante explícito, “o Estado tem e pede o consenso, mas também “educa” esse consenso com as associações políticas e sindicais, que, porém, são organismos privados, deixados a iniciativa privada da classe dirigente” (GRAMSCI, 2001, p. 119).

Diuturnamente, tem-se assistido o avanço do empresariado enveredando-se pelas secretarias de educação e, principalmente, pelas escolas organizando-as numa lógica empresarial, isto é, organizando as instituições públicas como grandes empresas dotadas de uma orientação concorrencial conformando os futuros trabalhadores. Inculca-se numa grande parcela da sociedade o discurso do “fracasso da escola pública, justificando sua decadência como algo inerente à incapacidade do Estado de gerir o bem comum. Com isso se advoga, também [...] a primazia da iniciativa privada, regida pelas leis do mercado” (SAVIANI, 2007, p. 426).

Como consequência deste movimento que afasta o Estado de suas responsabilidades sociais, o trabalho docente passa por um processo de controle, estranhamento e fragmentação. O trabalho tido como gênese humana e atividade vital do homem (MARX, 1983) perde seu sentido autônomo e constituinte do ser social à medida que a generalização do mundo da mercadoria e o capitalismo se ramificam de modo exponencial nas diversas esferas da sociedade. Dentro, pois, dessa discussão, pode-se inferir que não há trabalho, no sistema capitalista, que não esteja permeado pela precarização.

Do centro desse problema, os docentes estão submetidos a um processo de proletarização, ou seja, “processo pelo qual um grupo de trabalhadores perde, mais ou menos sucessivamente, o controle sobre os meios de produção, o objetivo de seu trabalho e a organização de sua atividade” (ENQUITA, 1991, p. 46) o que acaba por limitar a atuação desses profissionais na práxis social, distanciando-se das potencialidades de transformação e criação de uma outra realidade capaz de prover nos indivíduos a capacidade de ampliar, estender e universalizar a compreensão humana.

Os tentáculos do empresariamento educacional ocasionam aos professores

Desgaste; cansaço excessivo; sofrimento; desistência; resistência; adoecimento; isolamento; sentimentos e conflitos nas relações com alunos, pares e gestores; desorganização dos trabalhadores; perda de controle sobre o próprio trabalho; constrangimentos (MARIN, 2010, s/p).

O que resulta, conseqüentemente, na diminuição das possibilidades de intervenção criativa e independente dos profissionais (KUENZER; CALDAS, 2016) contribuindo, acentuadamente, para deixar a realidade educacional opaca no lugar de iluminada. Daí decorre a necessidade contínua de se buscar o conhecimento, a compreensão e a significação do mundo com o fito de manter permanente o exercício crítico das condições sobre as quais operam o empresariado na educação brasileira e, principalmente, de como, nessas condições, por meio da força e do consenso vai se solidificando uma educação conformadora em detrimento de uma educação emancipadora.

Na educação pública e, conseqüentemente, no trabalho docente a ação do empresariado objetiva a centralização das decisões tanto no campo pedagógico quanto no campo administrativo. Essa interferência acaba por incidir sobre o controle da escola, do currículo, dos docentes e, sobretudo, dos estudantes os quais passam a ter uma formação ajustada aos desígnios do capital tornando-se o que no léxico gramsciano é tido como homens-massa

Pela própria concepção do mundo, pertencemos sempre a um determinado grupo, precisamente o de todos os elementos sociais que compartilham um mesmo modo de pensar e de agir. Somos conformistas de algum conformismo, somos sempre homens-massa ou homens-coletivos. O problema é o seguinte: qual é o tipo histórico de conformismo, de homem-massa do qual fazemos parte? Quando a concepção do mundo não é crítica e coerente, mas ocasional e desagregada, pertencemos simultaneamente a uma multiplicidade de homens-massa, nossa própria personalidade é compósita, de uma maneira bizarra: nela se encontram elementos dos homens das cavernas e princípios da ciência mais moderna e progressista, preconceitos de todas as fases históricas passadas estreitamente localistas e intuições de uma futura filosofia que será própria do gênero humano mundialmente unificado. (GRAMSCI, 1999, p. 94).

Dentro, pois, dessa perspectiva, além de aprofundar a mercantilização e a financeirização, o empresariamento da educação acaba por descartar a formação *omnilateral* (MARX, 2004) que, nessa lógica, é secundarizada em razão da preparação de mão de obra competitiva para um mercado de trabalho precarizado. Como se vê, são gravíssimos os impactos para o tipo de homem que se deseja formar, para o trabalho docente e para a dinâmica de funcionamento das instituições escolares. Em uma frase, o empresariamento da educação pode configurar a destruição do projeto de escola pública que condiga com os interesses da população majoritária.

Esse processo voraz se acentua cotidianamente. O reconhecimento da crise estrutural do capital como real detonador das contradições do momento presente, permite, portanto, entender que as mãos do empresariado sobre a educação buscam manter o controle da forma e do conteúdo escolar o que amplia o cerco sobre a escola pública. De instituição incumbida de possibilitar que os dominados tenham o direito de apropriarem-se dos conhecimentos historicamente construídos e socialmente sistematizados pelo conjunto dos homens passa-se à estabelecimento reservado, apenas, ao conhecimento instrumental que agregue valor à força de trabalho dos indivíduos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender o empresariamento da educação e a consequente precarização docente não é uma tarefa simples, faz-se necessário tomar a temática a partir de suas raízes históricas e sociais nas quais se encontram os múltiplos elementos que compõem esse fenômeno. As reflexões, preliminares, do texto apontam que o estudo desse processo deve ao mesmo tempo considerar a relação dos empresários entre si, a relação desses empresários frente a ação coletiva dos trabalhadores e a atuação desses empresários no interior das agências do Estado, da sociedade civil e da sociedade política no seu conjunto.

Esse processo tem como ponto nevrálgico a crise profunda que tem abalado o sistema capitalista. Mézaros (2009) de forma apoteótica já aludira

[...] A crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar a certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir não apenas as finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios de nossa vida social, econômica e cultural (Mézaros, 2009, p. 17).

A educação como direito público subjetivo que se consolidou face às lutas políticas da classe trabalhadora tem perdido, de maneira vertiginosa, espaço para as Organizações Não-Governamentais (ONGS) e as parcerias público-privadas (PPP) que retiram o sentido público, gratuito e laico da escola.

Vê-se por intermédio desse quadro, que quando os empresários mobilizam seus APH, eles o fazem não apenas para a geração de lucros, mas principalmente, para inculcar e direcionar o pensamento das massas a um projeto de sociedade que busca, fundamentalmente, uma aprendizagem que condiga a bons comportamentos, a submissão à ordem vigente, em suma, a manutenção dos *status quo* não conferindo, portanto, aos sujeitos a possibilidade ultrapassar o senso comum e adentrar a consciência crítica.

Nos termos do concreto pensado, como resposta a indagação inicial que motivou o texto, têm-se como uma das consequências do empresariamento da educação a perda de espaço no interior da escola pública. Frente a essa constatação, se estamos perdendo espaço dentro da escola pública necessitamos reconquistar esses espaços e estabelecer “trincheiras avançadas”, “fortins avançados” (GRAMSCI, 2007, p. 73 e 262), em outros termos, precisamos mobilizar esforços para a resistência ativa reconhecendo a escola como uma instância avançada na guerra de posições, pois nela também se dá o confronto entre projetos sociais e políticos que são contraditórios entre si, no quadro da disputa pela hegemonia.

## REFERÊNCIAS

BIANCHI, A. **Hegemonia Em Construção** - a Trajetória do PNBE. São Paulo: Ed: Xamã, 2001.

BRASIL. **Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado/MARE. Disponível em < <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/fhc/plano-diretor-da-reforma-do-aparelho-do-estado-1995.pdf?> > Acesso em 9 de abril de 2022.

ENGUIITA, M, F. **A ambiguidade da docência: Entre o profissionalismo e a proletarização**. Trad. Álvaro. M. Hipólito. Teoria & Educação n. 4 Porto Alegre, 1991, pp. 41-61.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **História da educação**. São Paulo: Cortez, 1990.

GRAMSCI, A. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

\_\_\_\_\_. **Os Cadernos do Cárcere. v. 1**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere. Vol.3**. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; co-edição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. 2.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.



\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere: os intelectuais, princípio educativo, jornalismo.** Volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

\_\_\_\_\_. **Cadernos do cárcere: Maquiavel. Notas sobre o Estado e a política.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

KUENZER, A. Z.; CALDAS, A. **Trabalho docente: comprometimento e desistência.** In: FIDALGO, F; OLIVEIRA, M. A. M.; FIDALGO, ROCHA, N. L. (org.) A Intensificação do Trabalho Docente: tecnologias e produtividades. Campinas, SP: Papirus, 2016, p. 19-58.

MARX, K. **O Capital.** São Paulo: Abril Cultural, vol. I, 1983.

\_\_\_\_\_. **Manuscritos econômico-filosóficos** São Paulo: Boitempo, 2004.

MARIN, A.J. **Precarização do trabalho docente.** In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. Dicionário: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010. CDROM

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital.** São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C. S. **Teoria, Método e Criatividade.** Petrópolis: Vozes, 2001.

SAVIANI, D. **História das ideias pedagógicas no Brasil.** Campinas: Autores Associados, 2007.